



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao Jornal de Angola**

Publicada em 16 de outubro 2007

Jornalista: Senhor Presidente, numa altura em que se prepara para iniciar a sua segunda visita a Angola, poderia dizer-nos que significado tem essa deslocação e quais os pontos que conta abordarmos seus encontros com as autoridades angolanas?

Presidente: A primeira viagem que fiz à África, em 2003, começou por Angola. Agora, retorno aqui em minha primeira viagem à África no meu segundo mandato. Pelo exemplo de reconciliação política e recuperação econômica, Angola desempenha papel central na estratégia da política externa brasileira para o continente africano.

No campo econômico-comercial, precisamos estudar como diversificar as exportações angolanas, de forma a viabilizar novos aumentos no comércio bilateral, que já faz de Angola o terceiro ou quarto maior parceiro do Brasil na África. Também vamos discutir como ampliar a presença de empresas brasileiras interessadas em investir na infra-estrutura indispensável ao processo de reconstrução angolano. No campo da cooperação técnica, vamos assinar convênios em setores chave de saúde, educação e agricultura, que ajudarão Angola a acelerar sua recuperação.

No âmbito regional, vamos avaliar como Angola e Brasil podem colaborar para fortalecer a ação de missões regionais engajadas na redução das tensões políticas, sociais e militares na África Central. No âmbito internacional, vamos coordenar ações com vistas à democratização dos processos decisórios multilaterais que nos afetam diretamente. É o caso da reforma do Conselho de Segurança da ONU, assim como da conclusão da Rodada de Doha da OMC, onde lutamos para eliminar práticas protecionistas



prejudiciais aos países em desenvolvimento.

Jornalista: Pela evolução dos indicadores das exportações do Brasil para Angola, nota-se que há uma crescente expectativa do empresariado brasileiro relativamente às potencialidades do mercado angolano. Que novos investimentos serão feitos que confirmem essa intenção de aumentar do volume da cooperação entre os dois países?

Presidente: Grandes empresas brasileiras, como Petrobrás, Odebrecht, Vale do Rio Doce, Embraer, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, já atuam em Angola e têm interesse em aprofundar uma parceria já antiga, inclusive avançando em novos setores, tais como o agrícola e o de construção naval.

Desde 2004, escritório do Banco do Brasil, em Luanda, vem atuando para dar apoio técnico e financeiro na concretização desses negócios.

Entre as iniciativas em estudo, citaria algumas. A Petrobrás estuda adquirir novos blocos petrolíferos, além dos 6 concedidos até 2006. A Petrobrás também deseja integrar um consórcio para explorar gás natural na região do Soyo. Está igualmente à disposição para cooperar com Sonangol na produção de biodiesel.

Um consórcio brasileiro (Odebrecht, ELETROBRÁS, Furnas e Engevix) deseja participar da construção da Hidroelétrica de Baynes, no Rio Cunene. As empresas se dispõem a financiar o estudo de viabilidade.

A Odebrecht e a Sonangol, por sua vez, pretendem lançar, durante a visita, empresa mista que produzirá açúcar e etanol. O projeto prevê investimentos de US\$200 milhões, com geração de 2 mil empregos diretos, num excelente exemplo de cooperação com repercussão social.

Jornalista: Como avalia o senhor Presidente as críticas ao projeto de uso e expansão do Etanol, de que o Brasil é o maior produtor mundial, como alternativa ao peso que tem o petróleo no consumo energético mundial?



Presidente: Quero convidar Angola a juntar-se à revolução dos biocombustíveis. A experiência brasileira deixa claro o potencial do etanol como resposta ao desafio de compatibilizar proteção ambiental - pela redução na emissão de carbono - com segurança energética, ao democratizar o acesso a fontes alternativas e sustentáveis de energia. Ademais, apresenta grande potencial de geração de empregos e renda, sobretudo em regiões rurais deprimidas.

Evidentemente, a experiência do Brasil não é replicável de forma automática em todas as partes. É fundamental ter presente as condições locais de clima, de solo e de disponibilidade de água, por exemplo. O que não procede são acusações de que os biocombustíveis promovem degradação ambiental ou ameaçam a segurança alimentar do mundo. Com respeito a denúncias de que a cana de açúcar estimularia o desmatamento de floresta nativa, a verdade é que no Brasil a expansão dessa lavoura se dá sobretudo em pastagens previamente degradadas, com a vantagem de que ajuda a recuperá-las. Sendo assim não está deslocando a produção de alimentos. A fome no mundo não decorre da falta de alimentos – os quais existem com sobras – mas da falta de renda. Em tudo isso é preciso valorizar o papel do aprimoramento tecnológico como fator de ganho de produtividade na produção agrícola. O resultado final é que no Brasil estamos ampliando a produção de biocombustíveis ao mesmo tempo em que cresce a oferta de alimentos, inclusive para exportação. Sem falar que o ritmo de desflorestamento na Amazônia caiu em mais de 50% nos últimos três anos. Adicionalmente, estamos introduzindo mecanismo de certificação da produção e da comercialização de biocombustíveis, de forma a assegurar o respeito a padrões sociais e trabalhistas, além de ambientais.

Jornalista: Este seu périplo por África começa com a sua participação no segundo Fórum de Diálogo entre a Índia, Brasil e África do Sul. Isso representa



uma mudança na política africana do Brasil?

Presidente: Em realidade, comecei minha viagem por Burkina Faso e pelo Congo. A prioridade para a África é um dos pilares da política externa de meu Governo. Basta recordar que esta é minha sétima viagem ao continente, onde já visitei 20 países. Aqui venho para promover a cooperação e aproximação com países de grande potencial econômico e com os quais o Brasil mantém fortes laços culturais, históricos e de sangue.

O Fórum do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) também almeja reforçar a cooperação Sul-Sul. Esse mecanismo promove uma maior e mais estreita concertação entre três economias emergentes e democráticas da África, América Latina e Ásia. Pensamos ser esse o ponto de partida para os países do Sul começarem a coordenar-se para responder a uma ordem internacional desigual, incapaz de resolver os problemas do desenvolvimento e da segurança coletiva.

O IBAS é, portanto, núcleo de um processo de crescente engajamento dos países do Sul nas deliberações dos grandes temas da agenda internacional. Num mundo globalizado e interdependente, países em desenvolvimento, sobretudo os mais pobres, são os mais vulneráveis ao impacto, por exemplo, das mudanças climáticas. Cada vez mais, os interesses de nossos países, sobretudo em temas ambientais, de finanças e de comércio, estão sujeitos a processos decisórios multilaterais ou globais fora de nosso controle.

É fundamental que os 54 países da África sejam ouvidos sobre como responder a desafios que vão desde o aquecimento global até a liberalização equitativa do comércio internacional. Por meio da presença da África do Sul no IBAS, queremos estimular todo o continente africano a participar da coordenação de posições Sul-Sul sobre temas prioritários da agenda internacional. Aliás, isto já está ocorrendo com o convite aos três integrantes do IBAS para integrarem o G-8 Ampliado.



Jornalista: Que balanço faz da situação do povo brasileiro no primeiro ano do seu segundo mandato como Presidente do Brasil? Em particular, que resultados concretos tiveram as medidas de combate à pobreza encetadas pelo seu Governo?

Presidente: Meu primeiro mandato foi dedicado à consolidação das condições para o país crescer de forma robusta com estabilidade macroeconômica, ao mesmo tempo em que se reduziam as desigualdades sociais e regionais. Como resultado, o país ingressou em ciclo virtuoso de crescimento centrado na expansão do mercado interno, distribuição de renda e sem restrições externas, já que as reservas, de US\$ 160 bilhões, são hoje superiores à dívida externa. Por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), estão sendo eliminados os gargalos de infra-estrutura e entraves institucionais que vinham retardando a retomada do crescimento acelerado. Somente no PAC serão investidos US\$ 259 bilhões até 2010.

Como resultado, apenas nos primeiros 5 meses deste ano, foram criados 1 milhão de empregos formais, isto é, com plenas garantias trabalhistas e previdenciárias. Ao mesmo, estamos adotando ações efetivas para a redução das desigualdades sociais, através de programas voltados para a criação de condições mínimas de cidadania para todos. O Bolsa Família, que é o maior programa de transferência de renda do mundo, atende as 11 milhões de famílias carentes. Ajuda essas famílias mais pobres e, ao mesmo tempo, exige, em contrapartida, que essas famílias enviem suas crianças à escola. No entendimento de que educação é o melhor garante de inclusão social no futuro, criou-se o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a instituição do Programa de Desenvolvimento da Educação. Já na esfera universitária, o governo dá suporte financeiro aos jovens da periferia para que possam freqüentar a universidade, e que já atendeu 370 mil jovens em três anos. Temos ainda o compromisso de criar uma escola técnica profissional



federal em cada cidade pobre, ou seja, criar universidades federais em todas as cidades importantes do país.